habilidade separadamente pois não podemos acreditar que ao realizar um jogo, por exemplo, estaria trabalhando apenas o lado motor e físico sem considerar o desenvolvimento social, cultural e educacional que esse mesmo jogo permite, será um desenvolvimento integral que teremos como resultado.
A criança é um ser cultural que está inserida em seu meio de convívio e
participa ativamente da sociedade. É um erro achar que aquilo que é trabalhado na Educação Infantil só mostrará frutos dali a alguns anos. A educação é transformadora em todos os momentos da vida e o vínculo entre família, escola e sociedade se estreita a cada dia que passa.

Como vimos no exemplo que foi trazido, foi a partir de um momento de interesse de uma criança que poderia ter passado desapercebido em meio a outros tantos momentos que um dos projetos mais relevantes daquele ano surgiu para a turma. Não é considerado o de maior relevância pelo seu conteúdo ou pela extensão que tomou, mas por ter sido o primeiro e que mostrou para todos os alunos e professores envolvidos o quão longe uma centelha de curiosidade pode chegar e o quanto é cativante o caminho da ciência.
Essas crianças, desde tão pequenas, vão aos poucos refazendo os passos de toda humanidade, questionando, pensando, refletindo, criando, desconstruindo saberes e criando novos. Vão aos poucos, desde o seu nascimento pertencendo e recriando a Terra, vão em suas brincadeiras e fantasias criando um presente e um futuro para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente.
BRASIL, Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
BRASIL, Emenda Constitucional nº59 de 11 de novembro de 2009. Dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica.
SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientação normativa nº 01: avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares – Secretaria Municipal de Educação. – São Paulo: SME / DOT, 2014.
SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana. – São Paulo: SME / DOT, 2016.
SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica.
Currículo da cidade: Educação Infantil. – São Paulo: SME / COPED, 2019

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MÁRCIA MARIANNE SILVA EUFRÁSIO

RESUMO
O presente trabalho tem como objetivo, apresentar alguns elementos de análise do trabalho educativo desenvolvido na Educação Infantil com crianças de 0 a 5 anos, através do resgate do contexto histórico da criança até a contemporaneidade. Como parte da Educação Básica atual e de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, a Educação Infantil vem sendo palco de discussões de toda ordem: no palco das políticas públicas, nos espaços acadêmicos e nas escolas. A valorização da criança e de suas especificidades são revistas através do trabalho educativo focado no letramento, permeado pelas diferentes mídias e linguagens, que aliadas à apropriação do código escrito pelos alunos, podem contribuir no processo de alfabetização no âmbito do ensino infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; Criança; Educação Infantil.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é discutir a base teórica do processo de alfabetização e letramento na Educação Infantil, no espaço educativo e familiar, apresentando uma concepção social e dialógica da linguagem, nos levando a um modo de conceber a noção de letramento com base principalmente nos conceitos de Magda Soares, buscando-se apresentar o papel da escola e da família no processo de letramento.
Analisar a importância do alfabetizar letrando na educação infantil, para colocar a criança em contato com as práticas sociais.
Muitas crianças, ao começarem o ensino estão em níveis conceituais muito elementares acerca do sistema de escrita, seguem durante o primeiro ano escolar a mesma progressão que outras crianças apresentam antes de entrar para a escola; isto ocorre apesar de estarem expostas a ações sistemáticas, planejadas para fazê-las compreender diretamente o sistema alfabético de escrita. (FERREIRO 2001,p.70)

Estudos realizados na área de alfabetização por Emília Ferreiro, e outros pesquisadores mostram a situação preocupante na América Latina em relação ao alto índice de analfabetismo, enfatizando a necessidade premente de mudanças no sistema de ensino da escola pública, que deve tornar-se sensível aos problemas de leitura e escrita das crianças e procurar resolvê-los de forma eficiente.
Crianças que tiveram pouca ou nenhuma chance de frequentar uma instituição pré-escolar ou são filhos de pais analfabetos ou semianalfabetos são as que, mais frequentemente fracassam na escola.
Analisar as contribuições da Educação Infantil para o pleno desenvolvimento infantil, no âmbito social, físico e intelectual, apresentando-lhes uma diversidade de linguagens e situações pedagógicas, a fim de que essa realidade possa ser transformada e a criança passe a ter garantido o seu direito a uma educação de qualidade, que deverá ser refletida positivamente no seu desempenho nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO HISTÓRICO

No Brasil, até meados do século XIX, não havia um atendimento direcionado às crianças pequenas em instituições como creches e pré-escolas.

A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na estrutura e organização das famílias. (RCNEI, 1998)

Em função do crescimento tecnológico e cultural, propiciando a possibilidade do trabalho feminino, essa situação se modificou.
A partir daí, surgiram discussões, a respeito de determinações importadas do movimento da Escola Nova, que geraram a criação dos primeiros Jardins de Infância, no Rio de Janeiro e em São Paulo.
A fim de facilitar o atendimento aos lactantes durante o horário de trabalho das operárias, surgiram as primeiras regulamentações para o atendimento às crianças pequenas em Escolas Maternais e Jardins de Infância, próximas aos locais de trabalho. Com o passar do tempo, várias instituições oficiais de proteção à criança foram criadas, mantendo um caráter assistencialista.
Na década de 1960, com a lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foram inseridos os Jardins de Infância no Sistema de Ensino, aumentando a demanda da clientela, fato este, que incentivou o processo da municipalização pré-escolar.
No entanto, as indefinições sobre a finalidade da Educação Infantil, provocavam um descrédito nessa política educacional. Os movimentos feministas, na década de1980, em prol da democratização da escola pública, culminaram com o reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado.
A promulgação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fomentando discussões sobre a LDB (Lei nº 9.394/96), impulsionou os diferentes setores educacionais a repensarem um novo modelo de Educação Infantil, assim, em 1998 foi formulado pelo Ministério da Educação (MEC), o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI), composto por orientações e referências pedagógicas.
Em conseguinte o Conselho Nacional de Educação (CNE), definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Tais documentos têm subsidiado a organização de novas propostas para a Educação Infantil. No entanto, isso não foi o suficiente para alcançar os avanços que se faziam necessário.
A partir daí, em seminários regionais foram discutidas a formulação de novas políticas públicas para a Educação Infantil, culminando com a obrigação da matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, requerendo mudanças em várias áreas escolares como: currículo, equipamentos, material didático, formação de profissionais, entre outros.
Para tal adequação, foi criada uma nova lei federal nº 11.274/06, concedendo um prazo até 2010, a fim de que os sistemas de ensino se adequem ao atendimento à nova demanda.

3- EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS FUNDAMENTOS

A criança, no início de sua trajetória de vida aprende a falar e compreender a linguagem natural, usando-a não apenas para fazer pedidos ou obedecer a ordens, mas para contar histórias e brincadeiras, tagarelar, insultar, e para ampliar sua compreensão do mundo físico e social. (GARDNER, 1994)
A concepção de criança segundo ARIÈS (1981 apud Cordeiro e Coelho, 2004), foi construída historicamente, tendo ocorrido mudanças significativas no decorrer dos tempos. Partindo da idade Medieval a criança era ignorada em suas peculiaridades, pois era vista como um adulto em miniatura e logo que não mais necessitava do apoio constante da mãe e da ama, era levada para o convívio com os adultos em suas festas e reuniões.
Na Idade Média o sentimento de infância não existia e a criança entre os seis e sete anos era considerada adulta, já que realizava as mesmas atividades dos mais velhos. Não se dispensava um tratamento

especial às crianças, fazendo com que sua sobrevivência se tornasse difícil e sua morte fosse encarada com naturalidade, pois eram tidas como muito frágeis.
O primeiro sentimento que surge em relação à criança é a paparicação, a criança, por sua ingenuidade e graça, torna-se fonte de distração dos adultos. Com o tempo esse hábito expandiu-se, não só junto ao povo, mas também na classe dos bem-nascidos, suscitando críticas severas principalmente no século XVII.
O segundo sentimento é referente à consciência de que a criança é um ser fraco e inocente, sentimento esse que partiu dos eclesiásticos da época, vendo-as como criaturas frágeis de Deus, que necessitavam de orientação, preservação e disciplina.
De acordo com o RCNEI (1998), no século XVIII parte da família a necessidade dos cuidados com a higiene e a saúde, cuidados esses que geraram o sentimento de família e de infância, que antes não existia.
A infância passou a ser identificada como um período de desenvolvimento merecedor de cuidados especiais e a criança tornou-se o centro das atenções nas relações familiares. Este novo olhar para a criança marca o início de sua trajetória como sujeito histórico e social.
Até pouco tempo, Netto (1998 apud Cordeiro e Coelho, 2004), não se considerava a criança como um sujeito participante da história, mesmo sendo alguém que age, interage e modifica a sociedade, pensando o mundo de um jeito muito próprio e especial.
Na contemporaneidade nos defrontamos com constantes mudanças sociais, onde a concepção de infância adquiriu uma nova roupagem.
A criança conquistou seu espaço, no entanto, ela ainda se vê atrelada a algumas vicissitudes decorrentes da dependência do grupo étnico e da classe social a qual pertencem.
No Brasil, as crianças pequenas ainda se confrontam com um cotidiano muito desfavorável, que propicia desde muito cedo a precárias condições de vida, favorecendo o trabalho infantil, bem como ao abuso e exploração por parte dos adultos.
Por outro lado, existem crianças que são protegidas de todas as formas, onde a família e a sociedade se encarregam de fornecer todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. Tal contradição nos mostra a realidade de uma sociedade que ainda não solucionou as desigualdades sociais do nosso cotidiano.
A criança destes novos tempos, possui outras características e necessidades não encontradas anteriormente, fruto das sugestões da globalização, através da qual a criança é considerada um consumidor em potencial, tornando-se alvo da mídia principalmente televisiva, a qual ocupa o lugar da escola e da família, que anteriormente eram os espaços primários de socialização, transformando-se no principal meio de informação e acesso ao mundo, independente da classe social ou faixa etária.
Segundo estudos realizados por Netto (1998 apud Cordeiro e Coelho, 2004) as crianças têm interesse pela televisão a partir dos seis meses de vida, passando a assistir com maior regularidade a programação por volta dos dois ou três anos de idade.
Quando uma criança inicia seu processo formativo na escola, já traz consigo uma significativa bagagem de conhecimentos obtida através das várias horas em frente ao televisor desde quando ainda era um bebê. Algumas vezes a escola despreza esses conhecimentos, trabalhando de forma descontextualizada, provocando um distanciamento entre as práticas educativas e as vivências infantis.
Diferentemente dos modelos de criança desenvolvidos nos séculos anteriores, hoje a criança possui um espírito mais independente e desenvolveu uma série de habilidades advindas do contato com a mídia.
Apesar de todo esse conhecimento, adquirido de forma bastante rápida, existe a necessidade da figura do adulto enquanto interventor e mediador, a fim de selecionar em termos de qualidade, parte do que foi assimilado através de canais de fácil acesso.
Desse modo, é importante o educador procurar conhecer e compreender a trajetória de desenvolvimento da infância e do conceito de criança até a atualidade, visando uma educação impregnada de criticidade, capaz de oportunizar à criança o seu crescimento físico social e intelectual, preparando-a para enfrentar esses novos tempos, cercados por novos desafios, necessidades e aspirações que certamente serão pontos essenciais para que seja oferecida uma Educação Infantil de qualidade

4- O PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diante de tais colocações, o RCNEI (1998) diz que, a função da Educação Infantil é educar e cuidar, pensando a própria criança, levando em consideração sua singularidade, suas capacidades e limitações em todos os aspectos, oferecendo um ambiente que possibilite interações, experiências e desafios que contribuam para o seu pleno desenvolvimento, sendo uma etapa fundamental na vida escolar da criança, que certamente contribuirá para as aquisições necessárias a novas etapas que a faça progredir, ampliando paulatinamente a compreensão acerca de si e do mundo que a cerca.
Ainda vemos, de acordo com o RCNEI (1998), que a Educação Infantil não é de caráter obrigatório, no entanto, a experiência escolar inicial pode ser deter-

minante para a vida escolar de um indivíduo, através de tudo o que esta etapa de ensino proporciona às crianças.

Desse modo, é prioritário considerar as especificidades e necessidades infantis para atender às suas singularidades, integrando as funções de educar, cuidar e brincar, estabelecendo parceria com as famílias, cabendo à escola de Educação Infantil manter acessível o diálogo e a participação dos pais na vida escolar das crianças, garantindo o seu apoio nas ações educativas. Reforçando tal realidade o RCNEI (1998) enfatiza que as crianças têm direito de ser criadas e educadas no seio de suas famílias. O Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma, em seus termos que a família é a primeira instituição social responsável pela efetivação dos direitos básicos das crianças. Cabe, portanto, às instituições estabelecerem um diálogo aberto com as famílias, considerando-as como parceiras e interlocutoras no processo educativo infantil. (p.76) . Sendo a criança um sujeito social e histórico, também possui uma natureza única, tornando-a capaz de sentir e observar o mundo de um modo bem particular. Revela seu esforço para compreender o mundo que a circunda através das relações contraditórias que observa, como também, por meio das brincadeiras entre seus pares, familiares ou não, através dos relacionamentos que desde cedo cria com as pessoas que estão mais próximas.

Neste sentido, Rousseau coloca que a natureza quer que as crianças sejam crianças antes de se tornarem homens. Se queremos perturbar essa ordem, produziremos frutos precoces, sem maturidade nem sabor e que não tardarão a apodrecer; teremos jovens doutores e velhas crianças. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada há de mais insensato que querer substituí-las pelas nossas[...] (1990 a, p. 80).

A Educação Infantil deve considerar as singularidades das crianças, respeitando seus ritmos e diferenças, a fim de que possam desenvolver suas potencialidades de uma forma bem particular.

Durante esse processo de construção e aquisição do conhecimento, as crianças fazem uso das diferentes formas de linguagem, buscando ideias e hipóteses originais a respeito daquilo que desejam descobrir.

A Educação Infantil e seus profissionais têm o grande desafio de compreender, conhecer e reconhecer a maneira peculiar das crianças serem e estarem no mundo, pois, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças, apesar dos conhecimentos advindos de algumas ciências como: psicologia, antropologia, medicina, que desvelam o universo infantil, apontando algumas particularidades comuns entre elas, devendo levar em conta esse processo, incorporando de maneira integrada as funções de educar e cuidar.

A respeito desse assunto, Kramer (2003) dá ênfase à inerente relação entre o educar e cuidar, alegando que a Educação infantil não pode ser compreendida como um momento da aprendizagem que apenas instrui, tampouco como um local de guarda e proteção, recomendando que o cuidado com o outro deve estar presente no ato de educar independentemente do nível de ensino em que se está atuando. Forest explica que as instituições infantis são um dos contextos de desenvolvimento da criança. Além de prestar cuidados físicos, ela cria condições para o seu desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional. O importante é que a instituição seja pensada não como instituição substituta da família, mas como ambiente de socialização diferente do familiar. Nela se dá o cuidado e a educação de crianças, que aí vivem, convivem, exploram, conhecem, construindo uma visão de mundo de si mesmas, constituindo-se como sujeito. (2007, p.8).

Todas as crianças que frequentam a Educação Infantil, indistintamente, devem ter acesso aos elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social, através de aprendizagens variadas, concretizadas em situações de interação. No processo de desenvolvimento infantil, vale salientar, que tais aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras, em situações pedagógicas ou mesmo orientadas pelos adultos, acontecem de forma integrada, cabendo a instituição oferecer as condições necessárias para que isso ocorra.

Dessa forma, o profissional que atua na Educação Infantil, deve oferecer atividades que:

- Desenvolvam a coordenação motora;
- Incentivem as diferentes formas de expressão;
- Estimulem a criatividade com atividades livres e aguce a descoberta do novo;
- Despertem a expressão corporal e a socialização, entre outras.

Educar, pode-se dizer que, é favorecer situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma completa, devendo contribuir para o desenvolvimento pleno das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em atitudes de aceitação, colaboração, respeito e confiança, bem como facilitar o seu acesso aos conhecimentos mais completos da sua realidade social e cultural.

Na perspectiva de cooperar para a formação de crianças mais felizes e saudáveis, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimentos das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas. Em relação a essas situações de aquisições de aprendizagens, Freinet diz que:

Ela deve trabalhar com prazer; é o interesse que a faz avançar. O controle e a autoridade do adulto

devem reduzir-se a fornecer os meios, despertar o interesse e orientar a criança, que por si só, vai querer criar, agir e realizar. (1978, p. 25).

Cuidar significa valorizar o outro e ajudar na sua humanização, e isso depende tanto dos cuidados relacionais e biológicos, quanto da forma como são oferecidos. Essas atitudes serão influenciadas pelo contexto sociocultural e dependerão da compreensão que o adulto possui das relações com as crianças.

Para cuidar é preciso comprometimento e solidariedade com o outro, que são consequências da construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado.

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver as capacidades. O cuidado é um ato de relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (RCNEI, 2001, p.24).

Para entender a criança e propiciar condições para o seu desenvolvimento, insiste-se no respeito às singularidades infantis que pressupõe na garantia e estímulo ao lúdico na vida escolar. “A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa” (BRASIL, 2001, p.27).

O brincar ajuda as crianças a exercerem a capacidade de criar por ser uma imitação transformada no plano das emoções e das ideias de uma realidade antes vivenciada, ao brincar as crianças recriam e repensam acontecimentos que lhes deram origem, tendo consciência que estão brincando; ao adotar outros papéis na brincadeira agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

É a brincadeira que favorece a autoestima e contribui para interiorizar modelos de adultos realizando significações para ajudar na compreensão do mundo e na construção de valores.

Desta forma o professor é quem organiza e planeja as brincadeiras porque, por meio delas, ele pode observar e constituir uma visão do processo de desenvolvimento das crianças em conjunto e em particular, tendo consciência do papel da brincadeira no processo de (des) (re) construção de significados, sabendo diferenciar os objetivos de uma brincadeira de regras e de uma onde as crianças podem agir espontaneamente, se apropriando de cada observação para ajudá-las no desenvolvimento da autonomia.

Desse modo é importante ressaltar, o valor que os brinquedos e as brincadeiras adquirem nesse contexto, trazendo o que aponta o RCNEI: É o adulto na figura do professor, portanto, que, na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças. Consequentemente é ele que organiza sua base estrutural, por meio da oferta de determinados objetos, fantasias, brinquedos ou jogos, da delimitação e arranjo dos espaços e do tempo para brincar. (p.28)

Mais do que uma “ferramenta”, o brincar é uma condição essencial para o desenvolvimento da criança. Através dele, a criança pode desenvolver capacidades importantes como: a atenção, a memória, a imitação e a imaginação. Ao brincar, as crianças exploram e refletem sobre a realidade e a cultura na qual estão inseridas, interiorizando-as e, ao mesmo tempo, questionando as regras e papéis sociais.

O brincar potência o desenvolvimento, já que assim aprende a conhecer, aprende a fazer, aprende a conviver e, sobretudo, aprende a ser.

Para além de estimular a curiosidade, a autoconfiança e a autonomia, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção.

Através da brincadeira, as crianças ultrapassam a realidade, transformando-a através da imaginação. Desta forma, expressam o que teriam dificuldades em realizar através do uso de palavras.

Os jogos das crianças não são apenas recordações do que veem os adultos fazerem. Elas nunca reproduzem de forma absolutamente igual ao sucedido na realidade. O que sucede é uma transformação criadora do percepcionado para a formação de uma nova realidade que responda às exigências e inclinações da própria criança, ou seja, uma reinvenção da realidade.

É imprescindível que as brincadeiras sejam utilizadas com maior frequência nas propostas pedagógicas e que o professor tenha um olhar diferenciado para essa prática diária, dando a importância que lhe é devida.

Faz-se necessário nas escolas, uma maior conscientização no sentido de desmistificar a importância do ‘brincar’; que não se constitui apenas de um mero passatempo, mas de um recurso de grande valia na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças.

É imprescindível, garantir, na rotina escolar, tempo e espaço para a brincadeira, independentemente da quantidade e variedade de materiais disponíveis, pois o jogo simbólico independe desses recursos, visto que a criança transforma o significado das coisas de acordo com seus desejos.

A escola, mais especificamente, a Educação Infantil, deve considerar o brincar como parceiro e utilizá-lo amplamente para atuar no desenvolvimento e na aprendizagem da criança, dando continuidade ao seu processo de alfabetização, o qual se inicia desde o nascimento.

Lembrando-se que cada criança é única, fato que precisa ser considerado por escola e família, pois é o que dará a medida do tempo apropriado, o que permitirá que não se antecipe, nem se retarde a alfabetização.

De acordo com o que vimos anteriormente, Assis coloca que a educação Infantil deve visar o desenvolvimento infantil em todas as suas dimensões, não podendo estar comprometida através de seus propósitos e objetivos, com a situação de sucesso ou insucesso de seus alunos em outros níveis de seu processo de escolarização. (1999,p.57)

O RCNEI (1998) coloca que a linguagem oral e escrita está presente no dia a dia e na prática das instituições de Educação Infantil, a partir do momento em que a comunicação acontece no espaço escolar através de seus partícipes. Criança e adultos comunicam-se mutuamente exprimindo sentimentos e ideias.

A aprendizagem da linguagem pela criança é compreendida de formas diferentes em diversas instituições. Em algumas delas, dispensa-se as ações pedagógicas intencionais cujo objetivo seria o favorecimento da aprendizagem, acreditando-se que a linguagem oral e escrita é adquirida através de um processo natural, espontâneo em função da maturação biológica.

Em outras, acredita-se para que ocorra a aprendizagem da criança, faz-se indispensável a intervenção direta do adulto, resultando em orientações que promovem o ensino de listagens de palavras que são escritas, cujo grau de dificuldades vão aumentando gradativamente.

Concomitantemente, para que a aprendizagem flua, sugerem que devem ser criadas situações em que o silêncio e a homogeneidade predominem, fazendo com que as crianças sejam tolhidas nas suas expressões peculiares de comunicar-se através da fala, gestos e movimentos. Neste panorama, a linguagem é concebida como um conjunto de palavras para dar nome a objetos, pessoas e ações.

Geralmente nas instituições de Educação Infantil, o desenvolvimento da oralidade tem se limitado à roda de conversa, onde o professor monopoliza as falas e as crianças apenas respondem, em grupo, às perguntas realizadas pelo professor, que supõe, desta forma, estar estimulando o desenvolvimento da oralidade em seus alunos.

Concepções semelhantes, no que diz respeito à linguagem escrita, ainda estão presentes na Educação Infantil, com práticas onde as crianças realizam exercícios de prontidão, entre os quais: passar o lápis sobre linhas pontilhadas, ligar elementos gráficos (levar o passarinho ao ninho, fazer os pingos da chuva, etc.), que devem ser desenvolvidos para possibilitar a aprendizagem da leitura e da escrita.

Nessa perspectiva os Referenciais Curriculares (1998) dizem que o trabalho com a linguagem oral, não pode se restringir a rodas de conversa ou a algumas atividades dirigidas, uma vez que ela está presente no cotidiano da criança e na prática escolar, como também a linguagem escrita não pode se restringir à cópias de vogais e consoantes, muitas vezes grafadas com aspectos humanos ou de animais, ensinadas uma a uma ou com exercícios mimeografados de pontilhados a serem cobertos. (p.46)

A Educação Infantil pode e deve dar acesso a diversas formas da linguagem oral e escrita à medida que oferecem atividades que possibilitem a criança brincar com a sonoridade das palavras, reconhecendo semelhanças e diferenças entre os termos, manusear todo tipo de material escrito, como revistas, gibis, livros, fascículos, ouvir e recontar histórias lidas ou contadas pelo professor, que serve de escriba durante a construção de textos coletivos.

O RCNEI (1998) diz outrossim, que a Educação Infantil não tem a obrigação de garantir que a criança esteja alfabetizada ao final desta etapa de ensino. O que se explicita no documento é a necessidade de se oferecer condições para que a criança possa aprender a ler e a escrever, através de sua participação em situações que envolvam práticas sociais de letramento.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Artigo 29:

“A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Sendo assim, cabe à Educação Infantil oferecer situações de aprendizagens significativas, que contribuam para o seu desenvolvimento em todos os aspectos supracitados.

5- LETRAMENTO, ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL

Os questionamentos acerca do momento de alfabetizar continuam a ser uma constante no meio educacional, no entanto, faz-se necessário que nos remetamos um pouco ao passado, na década de 1960, numa época em que as crianças, até os seis anos, não frequentavam a escola, bem como não eram tão expostas à linguagem escrita por meio de jornais, revistas, outdoors, videogames e computadores. As letras mal existiam em seu cotidiano, fazendo com que iniciassem sua vida escolar aos sete anos, idade de ingresso no primeiro ano primário, quando então o mundo escrito lhes era apresentado.

Esse processo acontecia em um ensino formal e di-

rigido, como se as crianças só aprendessem aquilo que os adultos lhes apresentavam de uma forma tradicional e passiva, desconsiderando a maturidade e a experiência individual.

A apresentação de letras às crianças antes dos sete anos era considerada prematura, caso ocorresse a educação institucionalizada antes dessa idade, ela acontecia no espaço educativo denominado "jardim-de-infância", configurando um cuidado, a fim de que as crianças crescessem, até chegarem ao momento ideal ("floração") de poderem ter acesso ao mundo das letras.

A alfabetização é um processo que, ainda que se inicie formalmente na escola, começa, de fato, antes de a criança chegar à escola, através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca, desde o momento em que nasce, e apesar de se consolidar nas quatro primeiras séries, continua pela vida afora. (Garcia, 2001).

A educação escolar e a família têm um papel amplo e rico, nesse início de processo: fazer com que a criança leia o mundo e comece a expor suas primeiras ideias e palavras no papel, ainda que não o faça da forma convencional. Isso exige autoconfiança, acreditar em si próprio. Nesse momento ela trocará e inverterá letras, sílabas e traçados. Tudo faz parte, significa que está buscando aproximar-se desse universo simbólico. Acredita-se que a criança vai formando conhecimentos de acordo com o mundo em que vive. Nesse processo, a escrita está naturalmente inserida como um objeto cultural socialmente construído. Esse processo se dá pela necessidade vital do ser humano em comunicar-se, sem a necessidade de exercícios exaustivos de cópias, memorizações ou treinos mecânicos que ainda permeiam o fazer pedagógico de muitos professores da contemporaneidade.

Segundo Soares: [...] nos contextos grafocêntricos em que vivemos, as crianças convivem com a escrita - umas, mais, outras, menos, dependendo da camada social a que pertençam, mas todas convivem com a escrita – muito antes de chegar ao ensino fundamental e antes mesmo de chegar as instituições de educação infantil. Nessa convivência, elas vão construindo sua alfabetização e seu letramento: seu conceito de língua escrita, das funções do ler e do escrever; seu conhecimento de letras e números; sua diferenciação entre gêneros e portadores de textos – as diferenças que veem os adultos buscarem em rótulos, as histórias que lhes são lidas em um livro, em uma revista, os bilhetes que as pessoas escrevem ou lêem. (2009, p.7)

Em consonância com a autora o RCNEI (1998) enfatiza que mesmo antes de iniciar sua vida escolar, a criança está inserida em uma sociedade letrada, interagindo constantemente com esse mundo repleto de signos, demonstrando bastante interesse e curiosidade pelos recursos materiais que lhe são apresentados, observando tudo o que acontece em sua volta, especialmente a conduta dos adultos com os quais convivem. A aprendizagem nesse contexto, acontece naturalmente, é uma conquista, exploração do conhecimento pela própria criança.

Emília Ferreiro enfatiza que: "a língua escrita é um objeto de uso social, com uma existência social (e não apenas escolar). Quando as crianças vivem em um ambiente urbano, encontram escritas por toda parte (letreiros de rua, vasilhames comerciais, propagandas, anúncios da tevê, etc.). No mundo circundante onde estão todas as letras, não em uma ordem preestabelecida, mas com a frequência que cada uma delas tem na escrita da língua. Todas as letras em uma grande quantidade de estilos e tipos gráficos. Ninguém pode impedir a criança de vê-las e se ocupar delas. " (2001, p.37).

Para Magda Soares (2009), entre outros pesquisadores da área, a presença do letramento e da alfabetização na Educação Infantil é uma realidade, uma afirmação, não uma dúvida como muitos ainda insiste em enfocar. A palavra letramento se tornaria desnecessária se houvesse a possibilidade de impor um sentido ampliado à palavra alfabetização. Para alguns autores o letramento é o resultado da ação de ensinar a ler e a escrever. É o estado ou a condição que adquire um indivíduo ou um grupo social, como consequência de ter se apropriado da leitura e da escrita, utilizando-se desses meios para: seguir instruções, manuais de jogos, apoiar a memória, divertir-se, informar-se, orientar-se no mundo, entre outros.

Mary Kato (uma das primeiras autoras a usar o termo "letramento"), diz que: "a chamada norma padrão, ou a língua falada culta, é consequência do letramento, motivo porque, indiretamente é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita". Kato (2008 apud Garcia, 2008).

Magda Soares diz que: "o desenvolvimento do uso de habilidades de uso da tecnologia da escrita, isto é, da apropriação do sistema alfabético e ortográfico, acontece por meio da inserção em práticas sociais que envolvem a leitura e escrita: letramento". Soares (2008 apud Garcia, 2008)

Para Paulo Freire, "o ato de ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisa que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Até mesmo historicamente, os seres humanos primeiro mudaram o mundo, depois revelaram o mundo, e a seguir escreveram as palavras". Freire (2008 apud Garcia, 2008).

Com base nesses pressupostos, defendemos que o letramento pode e deve estar presente na Educação Infantil. O letramento tem início quando a crian-

ça começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade e se amplia por toda a vida. A criança aprende o tempo todo, no entanto, não necessariamente aquilo que o adulto quer ou acha que ela deve aprender de forma intencional.
A relação ensino-aprendizagem não ocorre de forma linear, pois, nem tudo o que se ensina, se aprende, e às vezes aprende-se coisas que ninguém tinha a pretensão de ensinar. A aprendizagem lúdica através de jogos, brincadeiras, músicas, e dramatizações é significativa e altamente motivadora, devendo acontecer em casa e na escola, em especial na sala de aula, onde aprender vira "ofício do brincar" e a vida escolar um enorme prazer.
Para Vygotsky (1989), a criança aprende e se desenvolve com aquilo que faz sozinha, de forma independente e àquilo que ela faz com a colaboração de outras pessoas, especialmente imitando os adultos.
Nesse contexto Freire coloca que quando se tira da criança a possibilidade de conhecer esse ou aquele aspecto da realidade, na verdade se está alienando-a da sua capacidade de construir seu conhecimento. Por que o ato de conhecer é tão vital como comer ou dormir, e eu não posso comer ou dormir por alguém. (1988, p. 15). Acreditamos que uma Educação Infantil que possibilite o desenvolvimento dos vários tipos de linguagem, pode refletir de forma positiva no desempenho das crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas públicas. O alto índice de repetência nesses anos tem como um dos principais motivos o fato de que muitas dessas crianças não são preparadas para ler e escrever, ou seja, não têm contato com materiais que auxiliarão no processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Essa necessidade poderia ser suprida pela Educação Infantil que, dentre muitos outros benefícios, favorece a alfabetização (LUCON, 2007). O simples contato da criança com diferentes suportes textuais não é suficiente para que aprenda a ler e escrever convencionalmente. Para Soares (2003, apud RCNEI, 1998), é preciso haver situações que instiguem a reflexão e formulação das hipóteses acerca das possíveis regras necessárias à leitura e à escrita de textos. Assim a alfabetização ganha novos significados por estar atrelada a situações do cotidiano das crianças.
O entendimento de que o processo de alfabetização vai além da codificação e decodificação do sistema alfabético e da apropriação de suas regras ortográficas tem impulsionado o debate acerca do processo de letramento. Na concepção atual, a alfabetização não precede o letramento. Os dois processos, apesar de serem simultâneos, são de naturezas totalmente diferentes, envolvendo, habilidades, competências e conhecimentos específicos que implicam formas de aprendizagens diferenciadas e, por conseguintes procedimentos de ensino também diferenciados.
A Educação Infantil, portanto, tem um papel muito importante em relação ao processo de letramento e alfabetização da criança, oportunizando situações que promovam a aprendizagem significativa, onde a criança possa aprender a ler e a escrever interagindo com uma variedade de gêneros com finalidades variadas, identificando seus usos e características, aprendendo o sentido da função que tem a escrita. Diante disso, os Referenciais Curriculares, enfatiza que a escola deve proporcionar o acesso às diferentes linguagens, não apenas como pré-requisitos ao letramento ou alfabetização, mas pela oportunidade de as crianças expressarem-se plenamente.

6. CONCLUSÃO

O conceito de criança foi construído historicamente, tendo ocorrido mudanças significativas no decorrer dos tempos e a criança que era "invisível" aos olhos da sociedade no século XVII, passou também a ter direitos que no âmbito educacional devem ser vistos pela educação infantil, dando-lhes o direito de aprender de forma prazerosa e significativa.
A Educação Infantil deixou de ter funções assistencialistas e passou a ter funções educadoras. Estudos, pesquisas e leis tem mostrado que a criança ocupa lugar relevante, de forma crescente nas culturas atuais. É na infância que se desenvolvem as características mais importantes para o equilíbrio e inteligência do adulto. Segundo o Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2001), a Educação Infantil é analisada em seus diagnósticos, diretrizes e metas, ganhando preocupações que consideram as características da criança, ambiente adequado a cada fase do seu desenvolvimento, profissionais preparados, socialização com indivíduos semelhantes e estímulo à aprendizagem.
Educar e cuidar são os principais objetivos da Educação Infantil, no entanto, nada impede que as crianças tenham acesso a atividades que envolvam o letramento a fim de facilitar o seu processo de alfabetização, pois apesar da alfabetização para alguns educadores, ser um processo que oficialmente só tenha início no primeiro ano do ensino fundamental, sabemos que desde o nascimento a criança está exposta a práticas sociais da leitura e da escrita.
Felizmente, as crianças de todas as épocas e de todos os países ignoram esta restrição. Nunca esperam completar 6 anos e ter uma professora à sua frente para começarem a aprender. Desde que nascem são construtoras do conhecimento.
Na Educação Infantil há o predomínio da oralidade, no entanto, é uma etapa de importância fundamental para a alfabetização e o letramento. Para esse